

# POLÍTICAS PÚBLICAS DE GERAÇÃO DE RENDA E QUALIFICAÇÃO VOLTADAS A MULHER EM VULNERABILIDADE SOCIAL

Rosemeire Nunes de SOUZA <sup>1</sup>

**RESUMO:** Este artigo apresenta um breve estudo sobre políticas públicas de geração de renda implementadas atualmente no Brasil, especificamente aquelas voltadas para a mulher de baixa renda. Insere-se uma reflexão sobre a influência da desigualdade de gêneros e da desqualificação profissional na conquista de uma boa colocação no mercado de trabalho pela mulher. Foram levantados dados dos cursos de qualificação profissional de três instituições de ensino do município de Presidente Prudente – SP, bem como dos órgãos responsáveis pela colocação de mão de obra e geração de renda, analisando-se a participação da mulher nos cursos e o acesso delas ao mercado de trabalho e projetos de geração de renda.

**PALAVRAS-CHAVE:** Políticas públicas. Qualificação profissional da mulher. Desigualdade de gênero.

## 1 INTRODUÇÃO

Uma pesquisa realizada pelo Ministério do Trabalho em 1995 detectou que o analfabetismo e a baixa escolaridade seriam o maior obstáculo no Brasil na tentativa de inserção do trabalhador no mercado do trabalho (MINISTÉRIO DO TRABALHO, 1995). A qualificação profissional é de essencial importância, uma vez que o desemprego está intrinsecamente relacionado à incoerência entre a mão de obra necessária e a mão de obra disponível, entende-se que a defasagem da tecnologia juntamente com a educação, é a pior forma de desemprego (KATO E PONCHIROLI, 2002).

O governo federal, nos anos 90, no intuito de consolidar uma política que minimizassem estes obstáculos idealizou políticas públicas

---

<sup>1</sup> Tecnóloga em Gestão Pública, FATEC – Faculdade de Tecnologia Internacional – Curitiba-PR- graduanda em Direito – Faculdade Toledo- Presidente Prudente-SP- Pós Graduanda em Administração Pública pela UNICESUMAR – Maringá- PR. email: rnunes@hotmail.com

destinadas a qualificar, preparar e inserir os trabalhadores no mercado de trabalho, com o objetivo principal de reduzir o desemprego e subemprego da população economicamente ativa, combatendo a pobreza e desigualdade social.

Uma pesquisa realizada pelo IBGE (2014) relatou o fenômeno recente, o crescimento de famílias onde se atribui como principal responsável a mulher. Esta mesma pesquisa mostra que a renda média das famílias chefiadas por mulheres é menor em relação às dos homens, essa diferença aumenta ainda mais em famílias monoparentais femininas, onde a maioria vive em situação de pobreza. As mulheres em situação de vulnerabilidade, além de enfrentarem a discriminação e desigualdade social, diante da necessidade de prover o sustento da família, se submetem a subempregos, sem nenhuma perspectiva de ascensão profissional.

O objetivo deste trabalho está no sentido de ampliar o debate sobre a influência da desigualdade de gênero na inclusão da mulher no mercado de trabalho e a importância da elaboração de políticas públicas de qualificação profissional e geração de renda voltadas à mulher de baixa renda.

Analisando os cursos ofertados no município de Presidente Prudente-SP, buscou-se responder qual a participação do público feminino nestes cursos e como se dá o encaminhamento da mão de obra para o mercado de trabalho nos órgãos destinados a este fim.

Para o desenvolvimento do artigo, utilizou-se a pesquisa bibliográfica, utilizando como fonte de pesquisa, livros, artigos e sites relacionados aos temas desigualdade de gênero, políticas públicas de geração de renda e qualificação profissional e programas do Governo Federal de transferência de renda.

Posteriormente foi realizada uma pesquisa de campo no município de Presidente prudente, por meio da coleta de dados e informações, em três instituições de ensino que participam de programas de qualificação e geração de renda, direcionado ao público de baixa renda e três instituições que participam da intermediação de mão de obra forma.

## **2 DESENVOLVIMENTO**

### **2.1 Políticas públicas de qualificação e geração de renda: um caminho para minimizar as desigualdades**

O desenvolvimento de políticas públicas é obrigação do Estado Democrático para defesa dos direitos e garantias fundamentais do cidadão. As políticas públicas sociais promovem, em grande medida, ações de cidadania, principalmente para a população carente e marginalizada socialmente. Estas ações são pensadas pelo Poder Público, para preencher as demandas em diversos setores da sociedade, consistindo no provimento de direitos básicos que não são oferecidos de forma satisfatória aos cidadãos, como educação e saúde.

O Poder Público, pressionado e influenciado pela sociedade, considera os problemas graves e urgentes como diretrizes para o início de projetos de políticas públicas. De acordo com Queiroz (2009), as políticas públicas existem para resolver os problemas sociais:

Problema social é o objeto central de uma política pública compreende principalmente a disfunção no funcionamento de uma sociedade como, por exemplo, a alta taxa de mortalidade, alto índice de violência urbana, evasão escolar, a falta de um determinado serviço público, entre outras (QUEIROZ, 2009, p 125).

Por muito tempo no Brasil, políticas públicas foram decididas pelas elites políticas, onde os grandes interessados, no caso a sociedade civil, eram excluídos desta discussão. Mudanças importantes ocorreram com a Constituição Federal de 1988, uma destas foi a criação dos Conselhos de Gestão, estes foram instaurados à partir da Constituição Federal de 1988, são constituídos por representantes da sociedade civil e do Estado, existem nas três esferas do governo, municipal, estadual e federal e viabilizam de forma direta a participação da sociedade civil na elaboração de políticas públicas.

Políticas Públicas de Qualificação Profissional são preponderantes para distribuição de renda e desenvolvimento econômico de

um país, na medida em que promove a inclusão social, proporcionando a diminuição das diferenças sociais e regionais, sanando as demandas locais, privilegiando os setores mais necessitados.

A política de geração de renda tem caráter transformador. Um indivíduo com trabalho garantido e condições próprias de sobrevivência e sustento seu e de sua família tem sua autoestima elevada, tornando-se um cidadão pleno. Além do benefício pessoal, esse indivíduo traz desenvolvimento para o município em que vive.

Em 2004, o Conselho Nacional de Política Social, por intermédio do Ministério do Desenvolvimento Social, criou o Plano Nacional de Assistência Social (PNAS), uma forma de ampliar e reestruturar a política pública de assistência social no Brasil, uma parceria entre todas as esferas do governo, federal, estadual e municipal, no intuito de contribuir com a inclusão social. Os projetos e programas de proteção social são direcionados ao público que se encontram em vulnerabilidade social, esses serviços são executados de forma direta pelo CRAS – Centro de Referência de Assistência Social, órgão de direção estatal, que está presente em 98,4% dos municípios do país (BRASIL, 2014).

Uma parceria do Ministério do Desenvolvimento Nacional e Ministério da Educação em 2011 surgiu o PRONATEC – Programa Nacional e Acesso ao Ensino Técnico e Emprego, com o objetivo de democratizar a oferta de cursos de formação tecnológica e profissionalizante no nosso país.

Algumas instituições de ensino pública e particulares estão credenciadas para oferecer gratuitamente um ensino de qualificação, são cursos de formação continuada de no máximo 160 horas que desenvolvem no aluno as competências necessárias para o desempenho de uma ocupação, possibilitando a inserção imediata do mesmo no mercado de trabalho. O nível de escolaridade vai desde o alfabetizado até o ensino médio.

A descentralização das políticas públicas de geração de renda personaliza os cursos de qualificação de acordo com a demanda de cada região. A Secretaria de Desenvolvimento Ciência Tecnologia e Inovação do Estado de São Paulo criou em 2011 o programa Via Rápida, cursos gratuitos,

que oferecem qualificação gratuita aos trabalhadores que desejam ingressar no mercado de trabalho ou abrir seu próprio negócio.(VIA RÁPIDA – 2013)

Uma mudança importante na área das políticas públicas foi a propagação de Organizações não Governamentais (ONGs) em todo o país, que participam e atuam diretamente na elaboração de políticas públicas, sendo em parceria com o governo, empresas ou somente com doações da sociedade civil. Em 2011, segundo a Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (ABONG), existiam cerca de 290.000 fundações e organizações sem fins lucrativos atuando em diversas áreas. A inclusão social através da educação e qualificação de mão de obra para inserção no mercado de trabalho é a que mais mobiliza pessoas nestas instituições (ABONG, 2012).

Nos últimos anos, houve um acréscimo significativo das ONGs nas políticas públicas, por certo é uma tendência global que o Brasil adotou. Algumas justificativas para esta parceria com o governo, se traduz principalmente pela experiência que estas instituições já possuem na área, o quadro de funcionários estruturado tecnicamente, a proximidade física destas com a população e o alcance regional das ONGs (LOPEZ e ABREU, 2014).

## **2.2 Desigualdades de sexos no mercado de trabalho**

A “carta magna” do Brasil traz referenciais de igualdade de gênero, conforme Artigo 3º, inciso IV e Artigo 5º, inciso I, da Constituição Federal do Brasil:

Art. 3º. Inciso IV - É dever do estado, promover o bem de todos, sem preconceito de origem, raça, sexo, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo a todos os brasileiros e estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito a vida, a liberdade, a segurança, a propriedade nos termos desta constituição. Inciso I - Homens e mulheres são iguais em direitos e deveres, nos termos desta Constituição (BRASIL, 1988).

Nesta perspectiva, é válido destacar a importância da participação do Estado na criação de leis que punam todas as formas de discriminação em nosso país, mas isso só não basta, cabe ao Governo fiscalizar, orientar e criar condições em forma de ações para diminuição de qualquer tipo de desigualdade.

Uma pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, mostra um crescente aumento de lares chefiados exclusivamente por mulheres, 37,3%, sendo a grande maioria destes de famílias com renda per capita inferior a dois salários mínimos (IBGE, 2010).

O perfil dos dados retrata a história de inúmeras mulheres que apresentam responsabilidade de prover o sustento de seus filhos, porém sem condições e tempo disponível para se qualificarem e assim obterem melhores posições no mercado de trabalho, submetendo-se a trabalhos insalubres e mal remunerados, sem nenhuma perspectiva de ascensão profissional.

A discriminação da mulher no mercado de trabalho é um tema recorrente na história, conforme bem expõe Cruz (2009):

Este é um problema que assola a nossa sociedade. Inúmeros são os casos de frustrações de mulheres que não puderam abraçar uma profissão em face de negativa de seus maridos que, até a década de 70/80 do século XX, consideravam uma humilhação pública e um atestado de sua incompetência permitir que “sua mulher” trabalhasse, o que poderia criar, para a sociedade, a imagem de que o marido não conseguia manter sozinho sua família (CRUZ, 2009, p.46).

Assim, apesar da desigualdade entre homens e mulheres ter diminuído consideravelmente durante este século, ainda consiste em um tema atual. De acordo com a pesquisa Estatística de Gêneros realizada pelo IBGE (2014), com dados do censo de 2010, as mulheres receberam 72,3% do que receberam os homens para desempenhar a mesma função, ainda que a maioria delas possua um grau de escolaridade superior a eles.

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) realizou em 2007 a pesquisa “Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça” (PINHEIRO, 2007), concluindo que serão precisos no mínimo 87 anos para que as mulheres tenham seus salários equiparados aos dos homens. Diante do exposto, é clara a necessidade de criação e execução de políticas públicas de igualdades de gênero.

A dupla jornada da mulher é uma das principais causas de desigualdades no trabalho. A jornada média de trabalho das mulheres, entre emprego e tarefas domésticas, é de 56,4 horas semanais, o que representa 5 horas a mais em relação aos homens. Quando busca se qualificar, a mulher ainda tem que enfrentar a uma jornada tripla, acumulando muitas funções, e, por vezes, sentindo-se culpada por sua ausência junto à sua família.

Sobre o trabalho doméstico, Faria (2011) expõe:

Ao mesmo tempo, o trabalho mercantil depende do trabalho doméstico e de cuidados, que é feito na casa, realizado pelas mulheres. A abordagem da economia feminista consolidou um enfoque de economia mais amplo, que considera o trabalho de reprodução e outras atividades não monetárias como parte da economia. Resgatou o conceito do econômico, que não é só o que se produz para vender no mercado, e afirmou que o trabalho doméstico tem um papel econômico. Portanto, todas nós, mulheres, independentemente se estamos ou não no mercado de trabalho assalariado, damos contribuições para a construção da economia, e isso está ancorado em uma análise da centralidade do trabalho humano na construção do conjunto de bens produzidos pela humanidade (FARIA, 2011).

Há muito que se fazer para diminuir esta desigualdade, várias gerações terão muito trabalho pela frente até que a sociedade conscientize-se que o essencial é que homens e mulheres caminhem lado a lado, com perspectiva de um mundo mais justo e igualitário.

### **2.3 Políticas Públicas: Inclusão e Qualificação profissional da mulher no mercado de trabalho**

Políticas públicas de inclusão no mercado de trabalho vão além de qualificação profissional exigem ações governamentais e institucionais que viabilizem e autonomia destas mulheres, de forma a diminuir a desigualdade e subordinação.

Ações governamentais que priorizem creches e escolas públicas em período integral, programas de saúde que não estejam direcionados apenas para a o acompanhamento da gravidez e planejamento familiar, acesso livre a cultura e lazer, enfim, dar condições para que estas mulheres

permaneçam em seus trabalhos e possam realiza-lo com saúde e tranquilidade.

A função de um Estado Democrático é de elaborar e aplicar políticas públicas que fortaleçam as mulheres, com tratamento diferenciado, já que reconhecidamente estas estão em condições subordinadas na sociedade.

A nossa Constituição Federal em seu artigo 7º, inciso XXV, garante o acesso à creche e à pré-escola, até seis anos de idade (CONST.FEDERAL DO BRASIL, 1988), também a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) prevê o direito à creche a ser garantida pelos Estados e Municípios (MEC- LEI 9334/1996).

A falta de creches públicas é um dos maiores entraves para que a mulher aumente sua participação no mercado de trabalho, já que muitas vezes não há como arcar com as despesas de uma creche particular, a solução encontrada é permanecer em casa para cuidar dos filhos. (Dieese –Anuário das Mulheres Brasileiras – 2011).

È necessário e urgente implementar ações que facilitem com que as mulheres em condição de desigualdade social tenha uma infraestrutura que possibilite a esta ter sua independência econômica.

Um bom exemplo de uma destas ações é um projeto da Prefeitura de Laranjal Paulista, São Paulo, que adaptou uma creche noturna para filhos das mulheres que trabalham como catadoras de frango nas granjas locais. O trabalho, que é realizado em período noturno, causava transtorno para as funcionárias que não tinham onde deixar seus filhos. O projeto atende crianças de 01 a 12 anos no período entre 19 horas e 7 horas.

Por mais que Laranjal Paulista ampliasse a oferta de creches, as mães catadoras de frango não seriam contempladas e as crianças seguiriam largadas durante as noites, momento de maior vulnerabilidade. Ao implementar um instrumento já consolidado (denominado creche ou abrigo), mas num horário pouco usual, estendeu o acesso a um serviço público para a população mais excluída do município. E neste aspecto, simplíssimo, reside sua inovação (PAULICS, 2006, p.36).

O Governo do Estado de São Paulo implementou o programa “Escola em Tempo Integral”, que atenderá em 2015, cerca de 272 mil alunos do ensino fundamental e médio nas escolas públicas, com estruturas de



laboratórios e disciplinas eletivas e jornada de até 9 horas e meia, incluindo três refeições diárias (SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2015).

Apesar da entrada da mulher no mercado de trabalho ter significado um grande avanço, os dados do censo apontam que elas têm se concentrado em ocupações consideradas extensões da vida doméstica. De acordo com o IBGE, em 2010 43% das mulheres ocupadas eram trabalhadoras domésticas ou exerciam atividade sem remuneração (IBGE, 2014).

As Políticas Públicas de geração de rendas voltadas especificamente para mulheres, conforme expõe Yanoullas (2012), evidencia qualificação de mão de obra quase que exclusivamente para trabalhos artesanais considerados femininos, não desmerecedores, mas que em sua grande maioria, não garantem uma renda mensal de forma regular a essas mulheres.

Alguns exemplos de profissões, como cabeleira, doceira, costureira, exigem que a mulher abra seu próprio negócio, sendo necessários investimentos que as mesmas não têm condições de desempenhar. A maioria não tem acesso aos programas de microcréditos oferecidos por instituições públicas, assim muitas acabam optando por abrir seus negócios de maneira informal, na maioria das vezes em suas próprias residências.

A falta de empregos que tragam estabilidade financeira, perspectiva de ascensão na carreira e garantias como seguro desemprego e aposentadoria é sentido em todos os países e de forma mais intensa em países em desenvolvimento. No Brasil, o baixo investimento em políticas públicas para aumento dos empregos formais, a baixa escolaridade e o desafio de conciliar a carreira com a maternidade, acaba por encaminhar as mulheres para empregos informais, onde os atrativos seriam a flexibilidade e não exigência de qualificação.

O grande desafio de todas as esferas de governo, juntamente com as Organizações Não Governamentais, com as políticas públicas de qualificação profissional e geração de renda para o sexo feminino é atingir o

maior número de possível de mulheres, levando em consideração a diversidade e suas necessidades específicas.

Em 2014, foi firmada uma parceria entre o MDS- Ministério do Desenvolvimento e o MEC- Ministério da Educação e Cultura, para integrar o Programa Mulheres Mil ao PRONATEC. O “Mulheres Mil”, surgiu 2007 com a cooperação do Canadá e os Institutos Federais de Ciência e Tecnologia, que busca através da formação e qualificação profissional, a inclusão de mulheres que vivem em situação de vulnerabilidade social.

Os CRAS que são os órgãos responsáveis pelo PRONATEC nos municípios, identificam estas mulheres com perfis socioeconômicos de pobreza acentuada, baixo nível de escolaridade, histórico de violência, condição de chefe de família, emprego com baixa remuneração, entre outros, encaminhando-as para os cursos oferecidos nos municípios (BRASIL SEM MISÉRIA, 2014).

Um projeto interessante que traz uma proposta pioneira na qualificação profissional das mulheres é o da ONG “Mão na Massa” que oferece cursos no setor da construção civil que visam atender mulheres de 18 a 45 anos, com escolaridade igual ou superior ao quinto ano do ensino fundamental, o projeto visa à formação profissional e inserção no mercado de obras como pedreiras, carpinteiras, pintoras e eletricitas. A qualificação profissional é gratuita para as participantes, que além de assistirem às aulas e ter a possibilidade de conquistar um diploma, recebem um kit de ferramentas para iniciar seus serviços e gerar renda após a qualificação. (PROJETO MÃO NA MASSA, 2015)

Apesar da gratuidade dos cursos, a mulher precisa enfrentar as dificuldades para permanecerem nos cursos de qualificação, entre outras, estão principalmente em conciliar os estudos com as questões familiares, como os filhos pequenos, a violência doméstica, etc. A grande maioria se encontra longe das salas de aulas há muito tempo, e não conseguem se adaptar com facilidade.

É necessário que as equipes responsáveis pelas instituições que ofertam estes cursos, tenham um olhar especial para com estas mulheres,

buscando da melhor maneira possível solucionar estes problemas. A conscientização da importância da qualificação profissional para inserção do mercado de trabalho é importante para o sucesso do projeto.

De acordo com Rocha (2008),

Promover melhores condições de vida para as mulheres implica gerar nas próprias mulheres o autoconhecimento de suas necessidades, dos seus direitos e o fortalecimento de sua participação como atrizes sociais e políticas, reconhecimento social de seus direitos e de sua contribuição no desenvolvimento de nossa sociedade, é certo que as mulheres não são e não podem ser meras receptoras passivas de políticas públicas (ROCHA, 2008, p.78).

A autonomia econômica da mulher como cidadã e trabalhadora está atrelada a sua autoestima e ter condições de gerar seu próprio sustento e de sua família vai além da satisfação pessoal, reestrutura a família, trazendo qualidade de vida para todos.

## **2.4 Caracterização do local de pesquisa**

O município de Presidente Prudente localiza-se no extremo oeste do Estado de São Paulo, possuindo área territorial de 560,637 m<sup>2</sup>, e população estimada de 207.610 habitantes, sendo 51,6% mulheres (IBGE, 2012). Caracterizada como a maior cidade da região, com economia voltada principalmente para agricultura e agropecuária, sua maior fonte de geração de empregos está localizada no comércio e prestação de serviços, as indústrias não tem participação relevante na economia, sendo poucas instaladas atualmente no município.

Optou-se por trabalhar com o município, levando-se em conta o alto índice de Desenvolvimento Humano (IDH), ocupando a 25ª posição no Brasil, destacando-se principalmente na dimensão educação (Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2013).

Presidente Prudente conta com uma importante tradição cultural, com teatros e parques, além de ser um polo educacional, com importantes

universidades particulares e públicas. Segundo a pesquisa da Fundação Getúlio Vargas, publicada na revista Empregos S/A, Presidente Prudente é a 27ª colocada no ranking para se construir uma carreira profissional (fonte) ([www.presidenteprudente.sp.gov.br](http://www.presidenteprudente.sp.gov.br)).

De acordo com os últimos dados do Relatório de Informações Sociais da Secretaria de Avaliação e Gestão do Estado de São Paulo, o município possui 2.667 pessoas que vivem abaixo da linha de pobreza, com uma renda per capita de R\$ 70,00. Foram cadastradas pela Secretaria de Assistência Social do Município 5.141 famílias beneficiárias do programa bolsa família (SAGI, 2015).

## **2.5 Programas de qualificação profissional em Presidente Prudente**

O Município de Presidente Prudente possui o maior polo educacional da região, são diversas Instituições públicas e privadas que se dividem na oferta de cursos tanto em nível de graduação como técnico. Os cursos de qualificação detém um espaço importante neste universo educacional, disponibilizando vagas em múltiplos setores.

Os cursos de qualificação preparam o profissional para determinada função no mercado, possuindo uma carga horária menor em relação aos cursos técnicos, fornecendo certificado reconhecido pelo Ministério da Educação.

A pesquisa foi desenvolvida através de dados obtidos em três Instituições responsáveis pela coordenação e aplicação dos cursos de qualificação: O SENAI - Serviço Nacional da Indústria, que oferece cursos em parceria com o governo federal através do PRONATEC; ETEC Prof. Antônio Eufrásio de Toledo, vinculada ao governo do Estado de São Paulo, participante do programa “Via Rápida” Emprego que oferece cursos básicos profissionais e a Fundação Vicente Furlaneto, que utiliza recursos do governo municipal para oferecer cursos de qualificação de forma gratuita. Os dados, apresentados na

Tabela 1, referem-se ao ano de 2014, especificando os cursos oferecidos e a quantidade de participantes entre homens e mulheres.

**Tabela 1: Cursos profissionalizantes oferecidos em Presidente Prudente.**

<b>Instituição de Ensino</b>	<b>Cursos Ofertados</b>	<b>Total de Alunos Matriculados</b>	<b>Mulheres</b>	<b>Homens</b>
<b>Fundação Vicente Furlanetto</b>	Técnico de Química Geleia de Doces e Frutas Bolos e Pães Naturais e Integrais Pães Especiais Decoração de Bolos Confecção de Produtos Sazonais Natalinos Corte e Costura Sob Medida Técnicas de Patchwork Técnicas de Bordar Pedal Técnicas de Bordar Industrial Costureiro de Tecido em Malha Costureiro de Tecidos Planos Modelagem Industrial Camiseta e Agasalho Cortador de Confecção Industrial Modelista de Roupas Pedreiro Assentador de Tijolos Pedreiro Revestidor Azulejista Instalador Hidráulico Carpinteiro de Telhados Soldador de Eletrodo Revestido Confecção de Bolsas em Couro e Sintético Estilista de Bolsas Modelista de Cintos em Couro e Sintético Informática Básica Assistente Administrativo Práticas de Departamento Pessoal Técnicas de Vendas	1.721	1.118	603

<p><b>ETEC Professor Antônio Eufrásio de Toledo</b></p>	<p>Almoxarife Assistente Administrativo Assistente de Recursos Humanos Azulejista Estoquista Jardinagem Manutenção de Máquinas Agrícolas Pintor Produção de Mudas em viveiro</p>	<p>360</p>	<p>148</p>	<p>212</p>
<p><b>Escola Técnica SENAI</b></p>	<p>Aplicador de Revestimento Cerâmico Auxiliar Administrativo Caldeireiro CNC Confeiteiro Costureiro de Sapato Costureiro de Máquina Reta e Overloque Eletricista de automóveis Eletricista instalador predial de baixa tensão Encanador Instalador Predial Marceneiro Mecânico de Freios Suspensão e Direção Mecânicos de Máquinas Agrícolas Mecânicos de Motores Diesel Montador e Reparador de Computadores Operador de Computadores Operador de Máquina e Implementos Agrícola Operador de Motoniveladora Operador de Pá Carregadeira Operador de Retroescavadeira Operador de Trator de Pneu Oxicortador à mão e a máquina Padeiro Pedreiro de Alvenaria Pintor de Obras Pizzaiolo Soldador de Processo Mig e Mag Soldador de Processo Tig em Aço Soldador no Processo Mig e Mag Torneiro Mecânico Traçador de Caldeiraria Tratorista Agrícola</p>	<p>2.658</p>	<p>534</p>	<p>2.124</p>

## **2.6 Órgãos de captação de mão de obra e geração de renda em Presidente Prudente**

Os órgãos que participam da intermediação de mão de obra tem por finalidade ser o elo entre o empregador e o empregado, sendo responsáveis por encaminhar o trabalhador à empresa necessária de mão de obra, contribuindo para a colocação dos trabalhadores no mercado de trabalho.

Já os órgãos que promovem a geração de renda, oferecem capital de giro e financiamento para pequenos negócios, promovendo o empreendedorismo e viabilizando o desenvolvimento social e econômico local.

Foram pesquisadas as seguintes Instituições em Presidente Prudente: Balcão de Emprego, Banco do Povo e PAT – Programa de atendimento ao trabalhador. Segue as informações coletadas nestes locais.

### **2.6.1 Balcão de emprego**

Departamento ligado a Secretaria de Desenvolvimento Urbano do município, atuante desde 2003. Foi criado com o objetivo de promover comodidade às empresas do município que necessitam de mão de obra e ao mesmo tempo dar oportunidades aos munícipes que desejam inserir-se no mercado de trabalho.

O trabalho do Balcão de Emprego consiste em coletar os currículos dos candidatos, e, ao mesmo tempo, buscar vagas de emprego junto às empresas, selecionando os candidatos que melhor se adaptam ao perfil.

Em 2007 foram atendidas aproximadamente 7.920 pessoas, aproximadamente 1.100 empresas foram atendidas e 1.105 vagas disponibilizadas.

### **2.6.2 Banco do povo**

Programa de microcrédito desenvolvido pelo governo do Estado São Paulo em parceria com o município, tem o intuito de promover o empreendedorismo e a geração de renda. O banco oferece financiamento para micro e pequenos negócios para capital de giro e investimento fixo. Os empréstimos variam de 200 a 20 mil reais e os juros são os menores do mercado, na faixa de 0,35% ao mês, as exigências para obter o crédito são bem mais flexíveis do que o exigido normalmente pelo sistema financeiro.

O governo do estado de São Paulo participa com 90% dos recursos financeiros e é responsável pelo gerenciamento e treinamento de pessoal, já o município participa com restantes 10%, sendo responsável pelos recursos humanos e a infraestrutura do local.

Em 2007 o Banco do Povo realizou 2.620 atendimentos, com 182 contratos firmados e um total de empréstimos no valor de R\$ 775.000,00.

### **2.6.3 PAT – Postos de Atendimento ao Trabalhador**

É uma rede de atendimento do estado de São Paulo, coordenada pela Secretaria Estadual de Emprego e Relações do Trabalho, tem por objetivo propiciar informações e orientações ao trabalhador que busca uma colocação no mercado de trabalho e aos empregadores na busca por recursos humanos.

Em 2011, foi feita uma parceria com o Ministério de Trabalho (governo federal) e a Secretaria de Emprego e Relações do Trabalho (governo estadual), ampliando as possibilidades de recolocação do trabalhador.



## 2.7 Análise dos resultados

A partir dos dados obtidos com as instituições de ensino que promovem os cursos de qualificação em diversas áreas, foram totalizados 71 cursos e 4.739 vagas disponibilizadas, sendo 2.939 inscritos do sexo masculino e 1.800 do sexo feminino, a participação das mulheres ficou em torno de 38% das vagas.

Os cursos e o material didático são gratuitos, a carga horária é de aproximadamente 160 horas. As aulas são ministradas em turnos diferenciados, continuamente de segunda à sexta ou em dias alternados, flexibilizando a escolha dos candidatos.

Não é necessário comprovação de grau de escolaridade para os cursos oferecidos pelo PRONATEC, podendo ser autodeclarada, desde que o aluno se sinta apto participar das aulas. Nos cursos oferecidos pelo programa Via Rápida não é necessário que o aluno tenha o ensino médio completo, para estes casos o curso de qualificação é diferenciado, tendo a carga horária estendida para comportar as aulas de habilidades específicas e as matérias do ensino médio regular.

Durante o período de realização dos cursos é disponibilizada aos alunos uma bolsa auxílio para custear as despesas com transporte e alimentação, com valor variando entre R\$ 160,00 e R\$ 250,00.

Os atendimentos são gratuitos aos interessados que pleiteiam uma vaga de emprego e as empresas que desejam a captação de mão de obra.

Já em relação à instituição que promove os financiamentos para micros e pequenos negócios, a facilidade na obtenção de crédito e as taxas de juros mais baixas em relação as instituições financeiras, atraem, em grande maioria, um público de poucos recursos financeiros, interessados em expandir ou começar um novo negócio.

Observou-se a não existência de projetos que promovem a parceria entre as instituições que promovem a qualificação profissional e as que realizam o encaminhamento ao mercado de trabalho, não há uma intermediação efetiva entre os alunos que se formaram ou em formação e as empresas do seguimento que poderiam absorver esta mão de obra. Os alunos egressos que se interessarem por uma vaga, deverão participar do processo seletivo, sem que haja nenhuma vantagem.

Verificou-se também que não existe nenhum projeto de parceria com o Banco do Povo e as escolas que promovem os cursos de qualificação, no sentido de facilitar o acesso ao crédito e ao acompanhamento técnico, quesitos necessários para que os empresários saiam da informalidade e melhor gerenciem seus negócios, fazendo com que estes prosperem.

### **3 CONCLUSÃO FINAL**

A análise dos dados teóricos apresentados no trabalho evidencia as desvantagens da mulher no mercado de trabalho, principalmente aquelas que se encontram em vulnerabilidade social, comprovando a necessidade de políticas públicas de qualificação da mulher, de inserção da mesma no mercado de trabalho e de promoção de condições para que elas possam conciliar as múltiplas jornadas às quais são submetidas.

Verificou-se que nas três esferas do governo, juntamente com as organizações não governamentais, iniciativas de diversos projetos de qualificação profissional de qualidade, voltados para as pessoas em vulnerabilidades sociais.

Quanto à pesquisa realizada no município de Presidente Prudente-SP, verificou-se a parceria entre o governo federal, estadual e municipal em promover políticas públicas de qualificação direcionadas principalmente ao público de baixa renda. Notou-se uma ampla oferta de vagas de cursos em diferentes setores da economia, mas a participação feminina

ainda é menor, apenas cerca de um terço das vagas são preenchidas pelo público feminino.

Verificou-se a necessidade de políticas públicas que articulam uma parceria entre os órgãos no município responsáveis pelo encaminhando ao emprego e financiamentos de micro empreendimentos e as instituições que promovem os cursos de qualificação, facilitando ao recém-formado nestes cursos ingressar no mercado de trabalho, iniciar ou administrar seu pequeno negócio.

Sugere-se a mesma investigação com as mulheres participantes dos cursos de qualificação e as instituições selecionadas, a fim de verificar os problemas da baixa participação de alunos do sexo feminino nestes cursos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABONG. **Números e dados das fundações e associações privadas sem fins lucrativos no Brasil** - Pesquisa FASFIL 2010 lançada em dezembro de 2012. 2012. Disponível em: < <http://www.abong.org.br/ongs.php?id=18>> Acesso em 13 ago.2015.

ATLAS DE - DESENVOLVIMENTO HUMANO . **Caracterização do Território -IDHM.** Disponível em: [http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil\\_m/presidente-prudente\\_sp](http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/presidente-prudente_sp) Acesso em 18 de ago 2015.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição:** República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União.** 23 dez.1996.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Brasil sem Miséria.** Brasília: MDS, 2014.

BRASIL SEM MISÉRIA. **Mulheres mil.** 2014. Disponível em: < [http://www.brasilemmiseria.gov.br/documentos/cartilha\\_mulheres\\_mil,P202014.pdf.pagespeed.ce.syzUCbLN3.pdf](http://www.brasilemmiseria.gov.br/documentos/cartilha_mulheres_mil,P202014.pdf.pagespeed.ce.syzUCbLN3.pdf)> Acesso em: 12 ago. 2015.

CRUZ, Álvaro R. S. **O direito à diferença**. 3 ed. Belo Horizonte: Arraes Editora, 2009.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010: Famílias e domicílios resultados da amostra**. Disponível em: <[http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/97/cd\\_2010\\_familias\\_domicilios\\_amostra.pdf](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/97/cd_2010_familias_domicilios_amostra.pdf)> Acesso em 13 ago. 2015.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estatísticas de Gêneros: Uma análise dos resultados do censo demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2014.

FARIA, Nalu. A divisão sexual do trabalho como base material das relações de gênero. 2011. Disponível em: <<http://www.sof.org.br/2011/06/20/a-divisao-sexual-do-trabalho-como-base-material-das-relacoes-de-genero/>> Acesso em: 13 ago. 2015.

KATO, Jerry M.; PONCHIROLLI, Osmar. O desemprego no Brasil e seus desafios éticos. In **Revista da FAE**. v 5, n 3, p. 87-97, set/dez 2002.

LOPEZ, Felix G.; ABREU, Rafael. Participação das **ONGs nas Políticas Públicas**: O ponto de vista dos gestores federais. 2014. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td\\_1949.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1949.pdf)> Acesso em: 13 ago. 2015.

MINISTÉRIO DO TRABALHO. **Política para educação profissional: cooperação MEC/MT**. Brasília: Ministério do Trabalho/MEC, 1995.

PAULICS, Verônica. Creche Noturna para Filhos de Mulheres Catadoras de Frango. In: Teixeira, Marco A. C.; Godoy, Melissa G de; Clemente, Roberta (Org). **Vinte experiências de Gestão Pública e Cidadania – Ciclo de Premiação 2005**. São Paulo: Programa de Gestão Pública e Cidadania, 2005. p. 29-36.

PINHEIRO, Luana et al. **Retrato das Desigualdades de gênero e raça**. 3 ed. Brasília: Ipea: SPM: UNIFEM, 2008.

POCHMANN, Márcio. Desempregados do Brasil. In: ANTUNES, Ricardo (Org). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006, p.59-73.

PRESIDENTE PRUDENTE – **Informações do Município**. Disponível em: <<http://www.presidenteprudente.sp.gov.br>> Acesso em 13 ago.2015.

PROJETO MÃO NA MASSA. **Mulheres na Construção Civil: O Projeto**. Disponível em<[www.projetoaonamassa.org.br](http://www.projetoaonamassa.org.br)> Acesso em 13 ago. 2015.

PRONATEC. **Pronatec BSM e intermediação de mão de obra**. Disponível em: <<http://www.brasilsemisera.gov.br/publicacoes-bsm>> Acesso em: 1 mai. de 2015.

QUEIROZ, Roosevelt B. **Formação e gestão de políticas públicas**. 2 ed. Curitiba: IBPEX, 2009.

ROCHA, Rosa M. de C. **Almanaque Pedagógico Afro Brasileiro**. Belo Horizonte: Editora MAZZA, 2007.

SAGI SECRETARIA DE AVALIAÇÃO E GESTÃO DE INFORMAÇÃO. Disponível em: <<http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/Rlv3/geral/relatorio.php#>> Acesso em: 29 ago.2015.

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Disponível em: < <http://www.educacao.sp.gov.br/ensino-integral/>> Acesso em: 12 ago. 2015.

YANOULLAS, Silvia C. Educação e pobreza. In **Revista Brasileira de Educação**. v 17. mai/ago 2012.